

Inspeção Predial Acessibilidade

Realização



Inspeção Predial

“ACESSIBILIDADE”

✓ CHECK-UP

✓ COMO EVITAR ACIDENTES

✓ FERRAMENTA DA MANUTENÇÃO

✓ NORMAS TÉCNICAS

✓ DECRETOS E LEIS



ibape SP
Qualidade em perícias e avaliações

2014

COORDENAÇÃO:

Vanessa Pacola Francisco

AUTORES:

Antônio Carlos Dolacio

Eduardo José Santos Figueiredo

Vanessa Pacola Francisco

REVISORES:

Antônio Carlos Dolacio

Eduardo José Santos Figueiredo

Flávia Zoéga A. Pujadas

Vanessa Pacola Francisco

COLABORADORES:

Altamiro J. Ramos Filho

Antônio Carlos P.L. Pinto

Christiane S. F. Ishida

Claudio Mazzucca

Flávia Zoéga A. Pujadas

Fernanda Martinatti

Gerson Viana da Silva

José Carlos Paulino

Marli Lanza Kalil

Silvio Romero Bezerra de Melo

“Inspeção Predial: Acessibilidade ” é uma publicação técnica da Câmara de Inspeção Predial do IBAPE/SP, em continuidade ao trabalho “Inspeção Predial: a Saúde dos Edifícios”, publicado em 2012.

REALIZAÇÃO:



QUEM SOMOS

O **Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo - Ibape/SP**, filiado ao **ibape**, Entidade Federativa Nacional, é o órgão de classe formado por Engenheiros, Arquitetos e Empresas habilitadas que atuam na área das **Avaliações, Vistoria, Inspeções Prediais e Perícias de Engenharia** no Estado de São Paulo, fundado em 15 de janeiro de 1979.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos com objetivo de congregar tais profissionais e promover o avanço técnico das áreas de interesse. Para tanto, realiza intercâmbio, difusão de informações e desenvolvimento técnico. O **Ibape/SP** promove, ainda, cursos de formação básica e avançada, congressos, ciclos de estudos, simpósios, conferências, reuniões, seminários, painéis de debates e outros eventos. Desenvolve, através de suas Câmaras Técnicas, livros, cartilhas, artigos, normas, estudos, termos de referência e outros documentos técnicos para o aprimoramento profissional de seus associados e avanço nas áreas de interesse.

O **Ibape/SP** é organizado por sua Diretoria Executiva e Câmaras Técnicas, quais sejam: Câmara de Avaliações, Câmara de Perícias, Câmara de Inspeção Predial e Câmara Ambiental.

DIRETORIA EXECUTIVA - Biênio 2014/2015

Presidente: Eng^o Flávia Zoéga Andreatta Pujadas

Vice-Presidente: Arq^a Cirlene Mendes da Silva

Diretor Técnico: Eng^o Antonio Carlos Dolacio

Diretor Cultural: Eng^o José Ricardo Pinto

Diretora de Eventos: Eng^a Andrea Cristina Kluppel Munhoz Soares

Diretor Financeiro: Eng^o Walter Checon Filho

Diretora de Relação com Associados: Eng^a Marli Lanza Kalil

Diretor de Relações Institucionais: Eng^o Luiz Henrique Cappellano

Diretor Administrativo: Eng^o Eduardo Rottmann

Coordenadores das Câmaras Técnicas - Biênio 2014/2015

Câmara de Perícias: Eng^o Octavio Galvão Neto

Câmara de Avaliações: Arq^a Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira

Câmara de Inspeção Predial: Arq^a Vanessa Pacola

Câmara Ambiental: Eng^o Bruno Moraes Nerici

Consultor das Câmaras Técnicas: Eng^o Paulo Grandiski

PREFÁCIO

A INSPEÇÃO PREDIAL é estudada pelo **Ibape/SP** há mais de 15 anos. Desde o início, o Instituto publica livros, artigos, cartilhas e diretrizes sobre o tema em auxílio aos profissionais e à sociedade.

Esta é mais uma publicação da coletânea de “cartilhas” sobre a Inspeção Predial. A primeira, denominada “A saúde dos edifícios”, destacou a importância da Inspeção Predial como check-up da edificação e descreveu a metodologia dessa atividade. Tratou, portanto, da relevância da Manutenção e da importância do Laudo de Inspeção Predial como ferramenta da gestão do patrimônio, onde é possível orientar atividade de manutenção e de reforma e/ou recuperação. Assim, apresenta a Inspeção como mecanismo da avaliação sistêmica do edifício na fase de uso, operação e manutenção.

Também, nessa primeira publicação, observaram-se os acidentes prediais ocorridos e a ausência de Manutenção. Destacou-se a Inspeção Predial como uma das ações preventivas aos acidentes prediais, alguns inclusive com vítimas fatais.

Já a segunda publicação dessa coletânea versou sobre a Inspeção Predial no sistema de proteção e combate a incêndio, considerada a relevância do requisito de desempenho para a segurança, e a necessidade das manutenções periódicas para garantir a operação, confiabilidade e disponibilidade desse sistema quando do uso.

Dessa forma, a Câmara de Inspeção Predial, pioneiramente, lança a presente publicação com enfoque à Acessibilidade.

Parabéns aos membros titulares do **Ibape/SP**, autores e colaboradores do presente trabalho, considerando a importância do assunto à sociedade para garantia de espaços urbanos democráticos e mais seguros.

Eng^a Civil Flávia Zoéga Andreatta Pujadas

Presidente do **Ibape/SP**

Biênio 2014/2015

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. A inspeção predial e a verificação das	
Condições de acessibilidade nas edificações	9
3. Conceitos	12
4. Análise de aspectos de acessibilidade.....	14
5. Bibliografia	29

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Norma ABNT NBR 9050:2004 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, define-se como Acessibilidade a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

É fato que a questão da acessibilidade tem tido destaque nas últimas décadas, na área da construção civil, com atenção especial voltada às dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, no sentido de permitir e possibilitar o gozo e o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural e civil.

Atualmente, ganharam espaço as obras e os serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, visando eliminar os obstáculos existentes ao acesso, modernizando e incorporando as pessoas ao convívio social, eliminando as barreiras e possibilitando-as de ir e vir.

A Norma ABNT NBR 9050:2004, vigente desde 30 de junho de 2004, estabelece que:

“Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis”;

“Edificações e equipamentos urbanos que venham a ser reformados devem ser tornados acessíveis. Em reformas parciais, a parte reformada deve ser tornada acessível”.

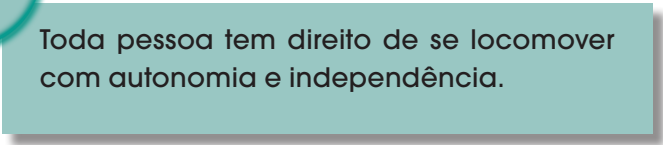
Considerando o quanto estabelecido na Norma suprarreferida, bem como o conceito básico da atividade da Inspeção Predial, como ferramenta na gestão de uso, operação, manutenção e funcionalidade da edificação (consideradas as exigências dos usuários), o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo – IBAPE/SP, através da sua Câmara de Inspeção Predial, desenvolveu a presente Cartilha, com o fito de dar destaque aos critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do desenvolvimento dos trabalhos de inspeção predial, especificamente, quanto às verificações das condições de acessibilidade dos locais vistoriados, contemplando, apenas, assuntos comuns a empreendimentos residenciais multifamiliares.

Trata-se de uma publicação voltada não apenas aos profissionais que atuam na área, mas também à sociedade em geral, para esclarecer e informar, de forma sucinta e simplificada, sobre os aspectos a serem observados quando da análise das condições de acessibilidade (e de atendimento às normas) nas edificações.

Garantir condições de acessibilidade em uma edificação constitui necessidade imperativa, não só para que se possa atender ao requisito de desempenho quanto à sua habitabilidade, mas também para evitar e/ou minimizar a ocorrência de acidentes, preocupação esta sempre latente nos trabalhos de inspeção predial.



Fica a dica!



Toda pessoa tem direito de se locomover com autonomia e independência.

Eng^o Civil Antonio Carlos Dolacio

Diretor Técnico do **Ibape/SP**

Biênio 2014/2015

2. A INSPEÇÃO PREDIAL E A VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS EDIFICAÇÕES

Na atividade da Inspeção Predial, a verificação das condições de acessibilidade, constitui ferramenta eficiente para monitoramento das condições de alcance, percepção e entendimento dos espaços nas edificações, garantindo sua utilização com segurança e autonomia. Conforme critério e método para sua realização, previsto na Norma de Inspeção Predial do IBAPE/SP, são identificadas eventuais falhas, suas criticidades e o que deve ser ajustado ou reparado, antes da operação e uso dos sistemas e espaços da edificação, de forma a evitar acidentes.

Conforme disposto também no trabalho “Inspeção Predial: A Saúde dos Edifícios” – IBAPE/SP (1ª Cartilha desta coletânea), essa atividade técnica possui seqüência geral para seu desenvolvimento que segue, resumidamente:

PRINCIPAIS ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DE UMA INSPEÇÃO PREDIAL

1ª Etapa:

Levantamento de dados e documentos da edificação: administrativos, técnicos, de manutenção e operação (plano, relatórios, históricos, etc.).

2ª Etapa:

Entrevista com gestor ou síndico para averiguação de informações sobre o uso da edificação, histórico de reforma e manutenção, dentre outras intervenções ocorridas.

3ª Etapa:

Realização de vistorias na edificação, realizadas com equipe multidisciplinar ou não, dependendo do tipo de prédio e da complexidade dos sistemas construtivos existentes.

4ª Etapa:

Classificação das deficiências constatadas nas vistorias, por sistema construtivo, conforme a origem das mesmas.

Estas podem ser classificadas em:

- **Anomalias construtivas ou endógenas** (quando relacionadas aos problemas da construção ou projeto do prédio);
- **Anomalias funcionais** (quando relacionadas à perda de funcionalidade por final de vida útil – envelhecimento natural) ou
- **Falhas de uso e manutenção** (quando relacionadas à perda precoce de desempenho por deficiências no uso e nas atividades de manutenção periódicas).

Todas as deficiências são cadastradas por fotografias que devem constar no Laudo de Inspeção Predial.

5ª Etapa:

Classificações dos problemas (anomalias e falhas), de acordo com grau de prioridade, conforme estabelecido em norma.

6ª Etapa:

Elaboração de lista de prioridades técnicas, conforme a classificação de prioridade de cada problema constatado. Esta lista é ordenada do mais crítico ao menos crítico.

7ª Etapa:

Elaboração de recomendações ou orientações técnicas para a solução dos problemas constatados. Estas orientações podem estar relacionadas à adequação do plano de manutenção ou à reparos e reformas para solução de anomalias.

8ª Etapa:

Avaliação da qualidade de manutenção, conforme estabelecido em norma.

9ª Etapa:

Avaliação do Uso da Edificação. Pode ser classificado em regular ou irregular. Observam-se as condições originais da edificação e se seus sistemas construtivos, além de limites de utilização e suas formas.

A INSPEÇÃO PREDIAL possibilita atendimento à vida útil do sistema e de seu desempenho, bem como o uso seguro e democrático dos espaços nas edificações. Se realizada de forma planejada, e com periodicidades pré-estabelecidas, assegura a confiabilidade e disponibilidade às instalações e espaços da edificação, evitando assim, acidentes, surpresas, imprevistos e situação de pânico.

Passam a ser destacados, a seguir, conceitos ligados às questões de acessibilidade, bem como os aspectos a serem analisados, em diferentes espaços da edificação (considerando empreendimentos residenciais multifamiliares), cujas condições devem atender ao disposto na Norma ABNT NBR 9050:2004 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

3. CONCEITOS

Segundo a ABNT NBR 9050 - **Acessibilidade** é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Deficiência: Trata-se da caracterização da redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.

O Censo Demográfico definiu os tipos de mobilidades reduzidas permanentes ao pesquisar na população amostral a presença de pessoas com deficiência mentais; deficiência física como: tetraplegia, paraplegia, hemiplegia, falta de membro ou parte dele, além das deficiências visual, motora e auditiva, de acordo com o grau de incapacidade produzida ou limitação fundamental.

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, pessoas com crianças de colo entre outros.

Desenho Universal: É o processo de criar os produtos acessíveis a todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade ou habilidades, assegurando, dessa forma, que todos possam utilizar com segurança e autonomia os objetos e diversos espaços construídos. Inicialmente chamado de “Desenho Livre de Barreiras”, o conceito da eliminação de barreiras evoluiu para Concepção de Desenho Universal.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DESENHO LIVRE DE BARREIRA

Acomodar as diferenças antropométricas, permitindo que pessoas de diversos padrões, em situações diferentes, possam interagir, sem restrição com o ambiente projetado;

Reduzir a quantidade de energia necessária para a utilização de forma que não obrigue o indivíduo a um esforço adicional ou cansaço físico;

Adequar ambientes e produtos mais compreensíveis, criando soluções especiais por meio de cores vibrantes, sinais táteis e sonoros;

Integrar produtos e ambiente para que sejam concebidos como sistemas e partes isoladas.

Ainda a ABNT NBR 9050 define:

Acessível – Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Adaptado – Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

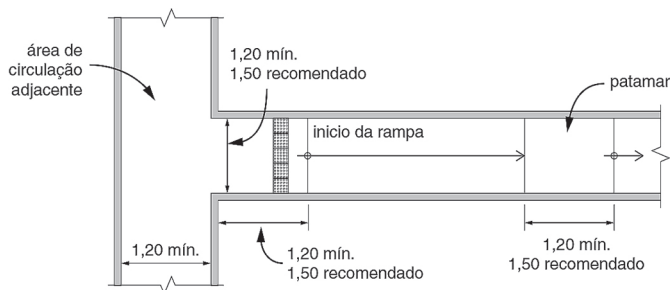
Adaptável – Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

4. ANÁLISE DE ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE

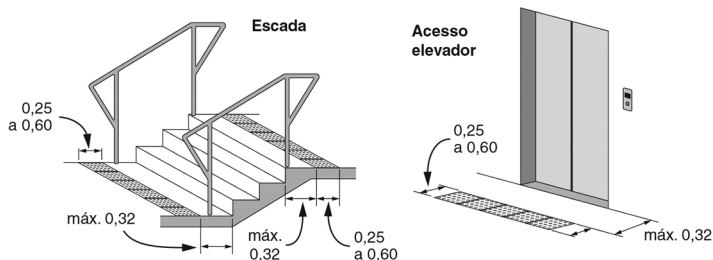
Acessos

- As entradas devem ser acessíveis, bem como todas as rotas de interligação às principais funções do edifício (em edificações já existentes, adaptar acessos a cada 50m);

- Percurso livre de obstáculos, com largura mínima de 1,20m, sendo na transposição de obstáculos largura mínima de 0,80m



- Piso tátil para sinalização e indicação de mudança de plano da superfície do piso e presença de obstáculos;



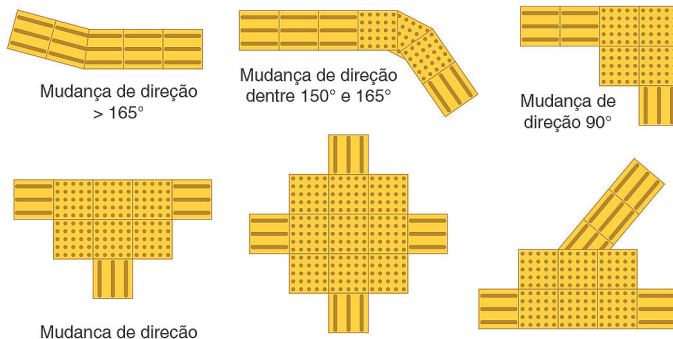
- Símbolo internacional de acesso – SIA.



Circulação horizontal

- O percurso deve estar livre de obstáculos, atender às características referentes ao piso e apresentar dimensões mínimas de circulação;

- Sinalização tátil direcional, indicando caminho a ser percorrido desprovido de guias de balizamento, a ser utilizado em áreas de circulação e em espaços amplos.



Piso

- Superfície regular, firme, contínua, antiderrapante e livre de barreiras e obstáculos;

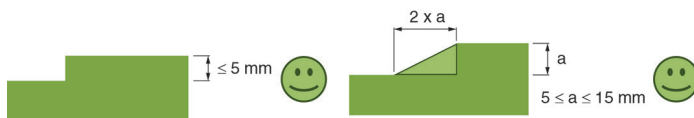
- Inclinação transversal da superfície de no máximo 2% piso interno e 3% piso externo;

- Capachos embutidos no piso e não ultrapassando 5mm acima do piso;

- Carpetes e forração firmemente fixados no piso

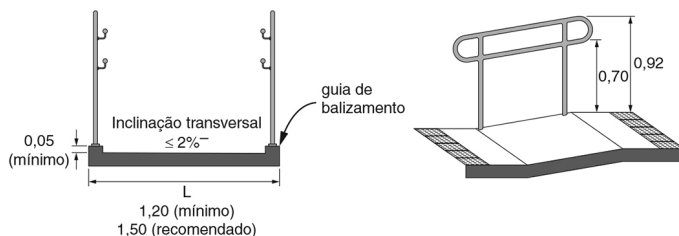


- Desnível máximo de 5mm. Quando o desnível for de 5mm até 15mm, executar rampa com comprimento em dobro à altura. Desnível com mais de 15mm deve ser tratado como degrau;



Circulação Vertical (rampas)

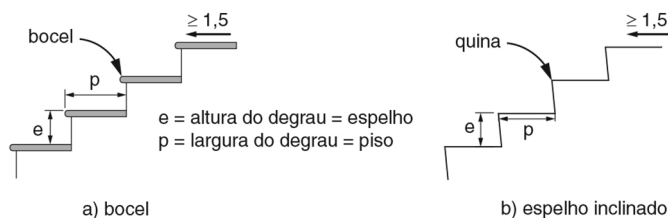
- Largura recomendada 1,5m, aceita mínima de 1,20m;
- Guia de balizamento com altura mínima de 5cm;



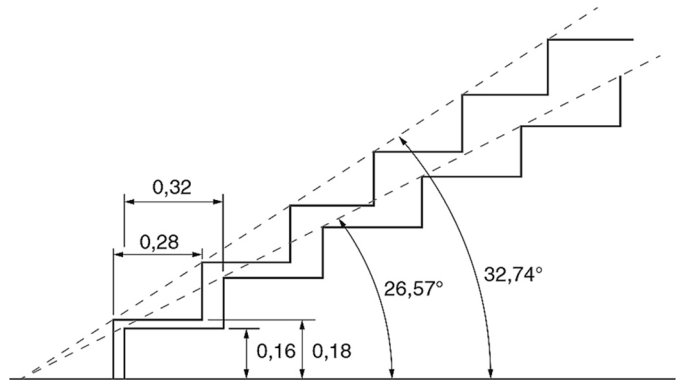
- Patamares no início e no final de cada segmento da rampa, com dimensão longitudinal mínima de 1,2m, sendo recomendável 1,5m;
- Piso tátil para sinalização, com largura entre 25cm e 60cm, antes do início e após o término de cada segmento;
- Inclinação transversal de no máximo 2% em pisos internos e 3% em pisos externos;
- No caso de rampas projetadas em curva, devem ser observadas inclinações máximas de 8,33% e raio de 3,00m no mínimo, medidos no perímetro interno à curva.

Escadas e Degraus

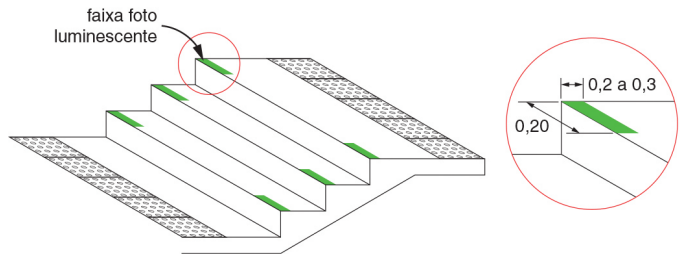
- Dimensões idênticas de piso, entre 28cm e 32cm;
- Dimensões idênticas de espelho, entre 16cm e 18cm;



- Considerar a restrição: a soma da largura do piso mais duas vezes a altura do espelho com valor menor que 65cm e maior que 63cm, uniformes em toda a escada ($63\text{cm} < P + 2E < 65\text{cm}$);



- Faixa foto luminescente nas extremidades de cada pisada;



Corrimão

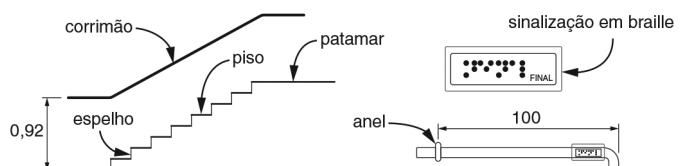
- Seção entre 3,0 – 4,5cm e distante da parede no mínimo 4,0cm;

- Prolongamento mínimo de 30cm do início e término da escada e rampa;

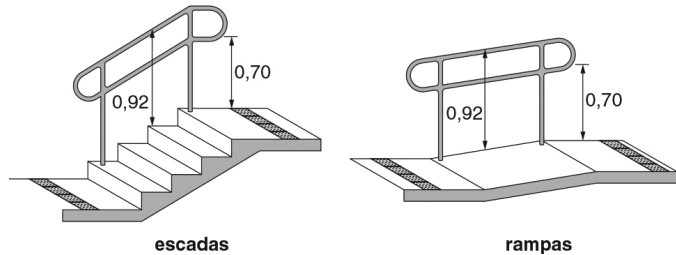
- Acabamento recurvado nas extremidades;

- Altura de 92cm do piso para corrimão em escadas e degraus isolados;

- Sinalização em Braille nas extremidades dos corrimãos para indicar os pavimentos em que o usuário se encontra



- Alturas associadas de 70cm e de 92cm do piso para corrimão de rampas e opcionalmente para escadas;



- Instalação obrigatória contínua e dos dois lados da escada e rampa;

- Instalação central em escadas e rampas quando estas apresentarem largura superior a 2,40m. O corrimão central deve ser interrompido quando estiver instalado em patamares com comprimento superior a 1,40m, garantindo espaçamento mínimo de 80cm;

Plataforma

Deve ser instalada em posição que não obstrua a escada. Caso não seja possível, utilizar plataforma basculante na lateral da escada, não podendo ser utilizada em escada de rota de fuga;

- As portas ou barras da plataforma não podem permitir a abertura se o desnível entre ela e o piso for superior a 7,5cm;

- Barras de proteção acionadas manualmente pelo usuário;

- Proteção de guarda-corpo na plataforma;

- Anteparos com função de “guarda-rodas” com altura mínima de 10cm em todas as laterais, com ângulo recomendado de 90 graus e se manter elevada se houver queda de energia;

- Disponibilidade de botoeira parada de emergência, com sinalização de socorro sonora e visual, posicionada em local visível para funcionário treinado atender à chamada;

- Projeção do percurso da plataforma sinalizado no piso;

- Inserção do símbolo internacional de acesso – SIA;

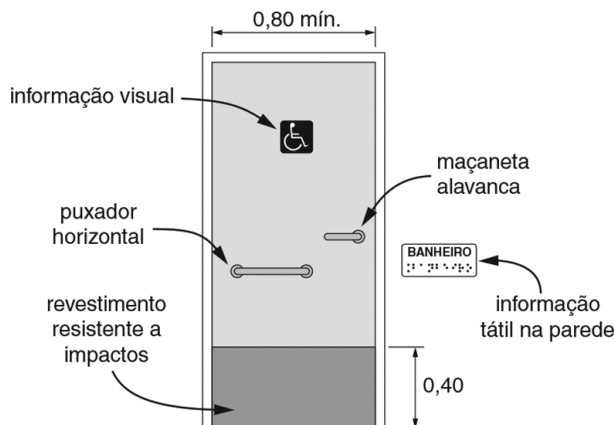
- Possibilitar a retirada do usuário em caso de queda de energia

Elevadores

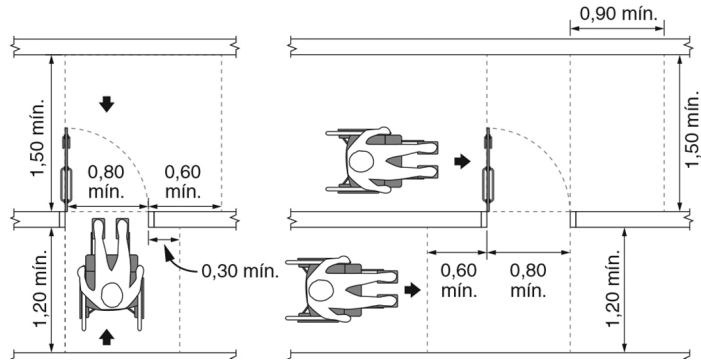
- Acesso a todos os pavimentos;
- Botoeiras fixadas entre 0,80m e 1,20m do piso e com sinalização em Braille no lado esquerdo;
- Sinalização visual e sonoro do percurso;
- Sinal sonoro diferenciado, sendo uma nota para subida e duas para descida;
- Comunicação auditiva indicando o andar em que o elevador se encontra parado;
- Identificação do pavimento em Braille fixada em ambos os lados do batente do elevador à altura entre 0,90m e 1,10m e ser visível a partir do interior da cabina e do acesso externo;
- Espelho fixado na parede oposta à porta em caso de elevadores com dimensão mínima de 1,10m e 1,40m para permitir a visualização de indicadores dos pavimentos;
- Sinalização com símbolo internacional de acesso – SIA

Portas

- Largura mínima de 80cm, incluindo as portas com mais de uma folha;
- Maçaneta e fechadura tipo alavanca;
- Revestimento resistente a impactos na extremidade inferior, com altura mínima de 40cm do piso;
- Conter barra horizontal para auxílio do fechamento;



- Instalação de visor em portas tipo vai-vém;
- Área de aproximação para abertura da porta;
- Nos sanitários deve ser instalado na face interna das portas barra horizontal;
- Caso haja na edificação porta giratória, catraca ou qualquer outro tipo de obstáculo, deverá ser previsto acesso alternativo devidamente indicado e sinalizado.



Janelas

- Abertura em único movimento, empregando o mínimo de esforço;
- Fechamento com trincos tipo alavanca.

Dispositivos de acionamento

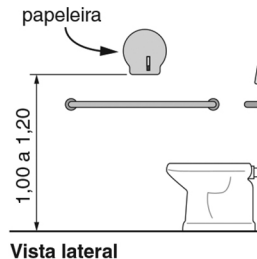
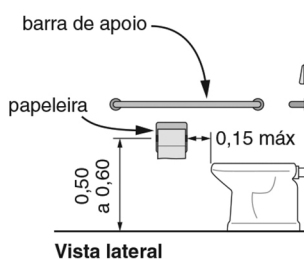
Dispositivos:	Variação de altura
Interruptor	0,80m – 1,00m
Cabina/alarme	0,60m – 1,20m
Tomada	0,40m – 1,15m
Comando de janela	0,40m – 1,15m
Maçaneta de porta	0,90m – 1,10m
Comando de aquecedor	1,00m
Registro	1,00m
Interfone	1,15m
Quadro de luz	1,5m

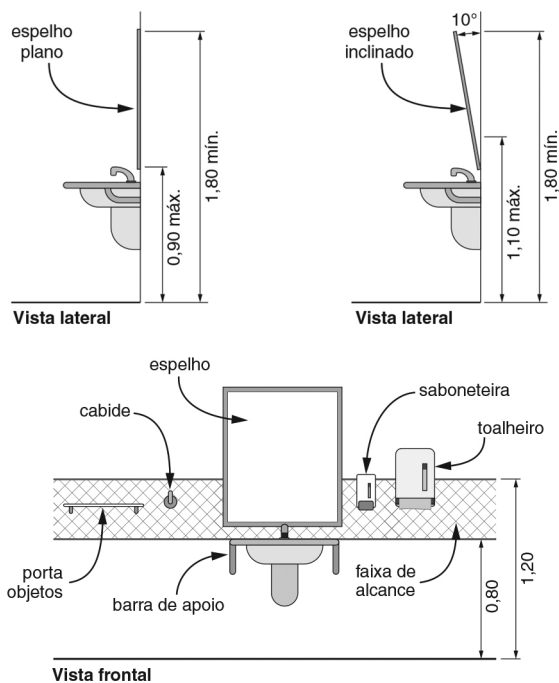
Sanitários e Vestiários

- No mínimo 5% do total de peças sanitárias e vestiários adequados ao uso das pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Localização próxima à circulação principal;
- Portas com abertura externa nos boxes sanitários e vestiários;
- Barras de apoio com material resistente, fixadas em superfície rígida e estável;
- Área de transferência: espaço mínimo de transposição, necessário para a utilização da peça;
- Área de aproximação: espaço mínimo de alcance, necessários para a utilização da peça;
- Área de giro: espaço mínimo necessário para a rotação completa da cadeira de rodas;
- Sinalização com o símbolo internacional de acesso – SIA;

Acessórios

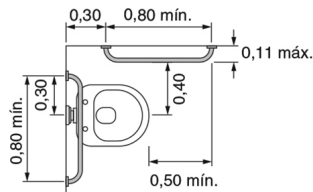
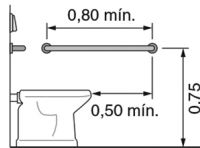
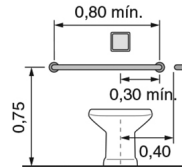
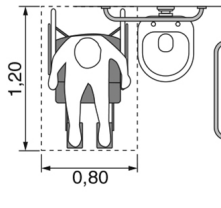
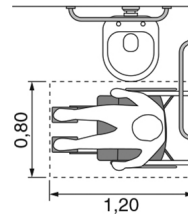
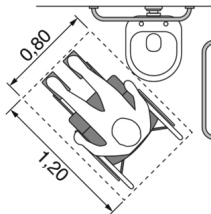
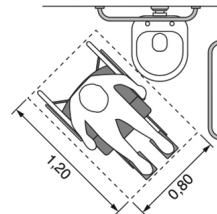
- Deverá estar instalado ao alcance do usuário na faixa de parede compreendida de 0,80m a 1,00m de altura;
- Papeleira ao alcance da pessoa sentada no vaso, instalada entre 50cm a 60cm de altura. Quando utilizada papeleira de tipo papel bobinado, esta deve estar instalada entre 1,00m e 1,20m de altura;
- Saboneteiras instaladas a 1m do piso;
- Cabides e toalheiros 1m do piso;
- Espelho plano instalado com a borda inferior a 90cm do piso. Quando instalado entre 90cm a 1,10m, a instalação deverá respeitar inclinação de 10° e a borda superior deverá estar no mínimo a 1,80m.





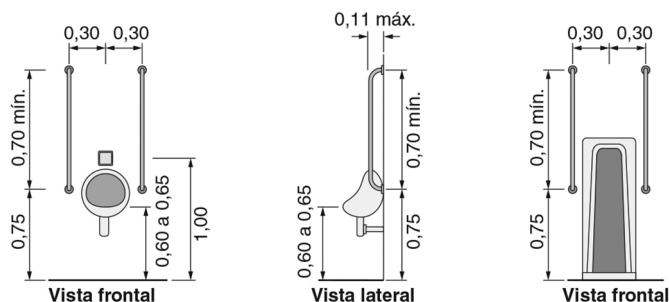
Bacias Sanitárias

- Área de transferência lateral, diagonal e frontal, para usuários de cadeira de rodas;
- Instalação a uma altura de 46cm com acento, medida da borda superior do sanitário até o piso;
- Barras horizontais com 90cm de comprimento fixadas a 76cm de altura;
- Válvula de descarga de leve pressão a 1m do piso;

**Vista superior****Vista lateral****Vista frontal****Transferência lateral****Transferência perpendicular****Transferência diagonal****Transferência diagonal**

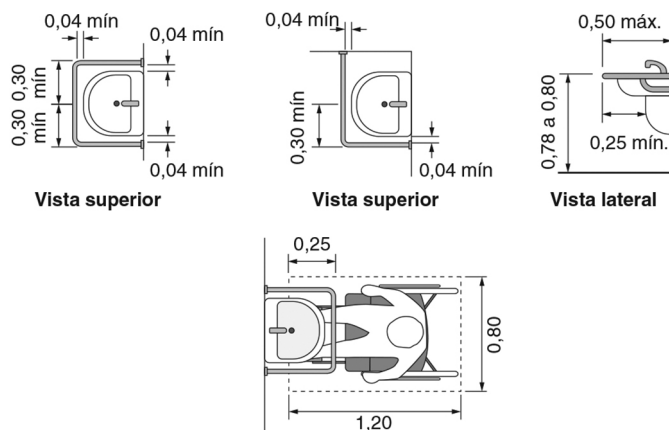
Mictórios

- Barras verticais com 70cm de comprimento, instaladas dos dois lados da peça, a 75cm de altura do piso e vão de 60cm;
- Válvula de descarga de leve pressão a 1m do piso;
- Instalação a uma altura de 60 a 65cm da boca inferior.



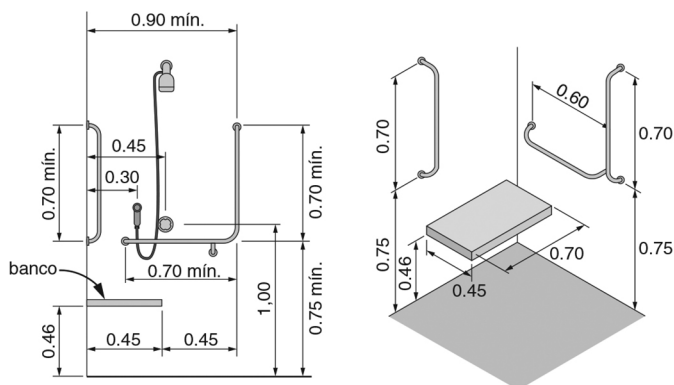
Lavatórios

- Área de aproximação frontal livre de 25cm;
- Altura de 80cm do piso em relação à face superior da peça e altura livre de 73cm. Deve ser suspenso e sem colunas ou gabinetes;
- Dispositivo de proteção para sifão e a tubulação na face externa frontal;
- Comando de torneira do tipo monocomando, alavanca ou célula fotoelétrica.
- Barra frontal de apoio em formato "U" ou "L" quando lavatório isolado, instalado a 80cm do piso. Em caso de bancadas, as barras deverão contemplar as peças dos extremos e estas devem seguir as mesmas dimensões do lavatório isolado.



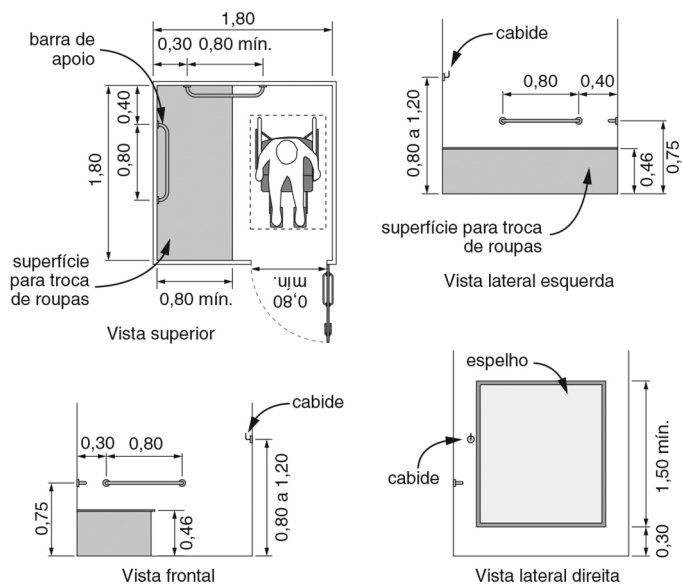
Boxes de chuveiro

- Área de transferência paralela estendida no mínimo a 30cm da instalação do banco;
- Banco com dimensões mínimas de 45 x 70 cm instalado a 70 cm, com cantos arredondados e superfície antiderrapante impermeável;
- Barras sendo 1 vertical e 1 horizontal ou 1 em formato "L";
- Torneiras do tipo monocomando, acionadas por alavanca;
- Ducha manual;



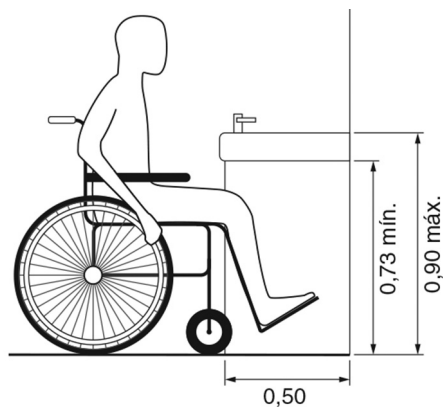
Vestiários

- Área de giro;
- Bancos com encosto com área de aproximação;
- Barras de apoio e espelhos;
- Cabides próximos aos bancos;
- Armário com áreas de aproximação frontal e altura entre 30cm e 1,20m do piso.



Bebedouros

- Área de aproximação frontal;
- Dispositivo de acionamento tipo alavanca;
- Bacias, bicas e comandos a 80cm de altura;
- Altura de 90cm do piso em relação à face superior da peça e altura livre de 73cm. Deve ser suspenso com vão livre de 50cm.



Vagas de Estacionamento

- Localização próxima ao acesso principal, garantindo que o percurso a ser percorrido seja o menor possível e livre de obstáculos;
- Piso regular, nivelado, firme e estável;
- Faixa adicional à vaga para circulação de cadeira de rodas;
- Rebaixamento de guia;
- Sinalização horizontal pintada no piso e vertical identificada com placa de acordo com o símbolo internacional de acesso – SIA;
- Atender ao número exigido de vagas reservadas

Vegetação -

Não utilizar

- Plantas venenosas ou com espinhos;
- Plantas cujas raízes possam danificar o piso ou prejudicar os elementos de drenagem;
- Árvores com ramos de altura inferior a 2,10m.

Piscina

(vide legislação municipal)

- 5% do perímetro da piscina para o acesso;
- No mínimo, um acesso localizado na parte rasa;
- Acesso à água por meio de equipamentos de transferência frontal e lateral, tais como: rampa, degraus submersos, plataforma móvel, escada retrátil ou removível;
- No caso de acesso por degrau submersos, que estes tenham piso de no mínimo 46cm e espelho com altura máxima de 20cm, que ambos os lados do degrau tenha corrimãos triplo, com altura de 45cm e 90cm, prolongando-se 30cm para o lado externo da borda da piscina;
- Banco de transferência com altura de 46cm, largura de 45cm e ligação deste à plataforma submersa com profundidade de 46cm. Avançar os bancos 20cm da base, permitindo aproximação frontal;
- Barras de apoio sobre o banco com distância entre si a cada 1,00m;
- Superfície antiderrapante ao redor da piscina, do banco de transferência, da plataforma submersa e dos degraus;
- Borda da piscina, banco de transferência e degraus arredondados.

Comunicação e sinalização

-**visual**- feita por meio do símbolo internacional de acesso – SIA, que tem padrão internacional de cores e proporção.

- Dimensões e localização adequada à visualização;

- Pictograma branco sobre fundo azul escuro.

Tátil

- Informações em Braille ou alto e baixo relevo.

- Superfície com textura diferenciada

Sonora

- Cabinas de elevador, identificando o andar de parada

Nota de Esclarecimentos

Esta cartilha trata assuntos comuns a empreendimentos residenciais multifamiliares.

Assuntos específicos não compreendidos neste documento deverão ser apreciados na ABNT 9050

5. BIBLIOGRAFIA

1 - Lei nº 10.048/2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências

2 - Lei nº 10.098/2000 – Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das pessoas Portadoras de Deficiência ou Mobilidade Reduzida, e dá outras Providências

3 - Decreto nº 5.296/04 – Regulamenta as Leis 10.048 e 10.098, e dá outras providências.

4 - ABNT – NBR 9050:2004 – Acessibilidade a edificações , mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

5 - Site educação on line – www.educacaoonline.pro.br – Romeu Kazumi Sassaki – Consultor de Reabilitação e Inclusão – 1998

6 - Guia de Acessibilidade em Edificações – Roteiro básico para Vistoria - Comissão Permanente de Acessibilidade d Prefeitura Municipal de São Paulo – Critérios de Acessibilidade

7 - Apostila do curso de Capacitação Técnica em Acessibilidade e Mobilidade Urbana – Módulo I ministrado pelo GT acessibilidade – CREA- SP

8 - Critérios de Acessibilidade da Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA da Prefeitura de São Paulo

9 – Desenho Universal – Um conceito para todos, Ana Claudia Carletto e Silvana Cambiaghi, realização Mara Gabrilli.

Síndicos e administradores prediais do Brasil há quase 15 anos têm à sua disposição a INSPEÇÃO PREDIAL como ferramenta de auxílio para o desenvolvimento de uma gestão de manutenção eficiente. Partindo de análises documentais e técnicas, a INSPEÇÃO PREDIAL possibilita ao gestor predial conhecer o real estado de conservação da edificação e, ainda, estabelecer prioridades de intervenções.

A Câmara de Técnica de Inspeção Predial nasceu no IBAPE/SP e, com pioneirismo, os trabalhos desenvolvidos resultaram em cursos, normas técnicas e diversas publicações sobre o tema, sempre com o objetivo da formação profissional e informação à sociedade.

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos, o IBAPE/SP iniciou, em 2012, a publicação de cartilhas informativas. A primeira é conhecida como "Inspeção Predial – A Saúde dos edifícios", a segunda como "Inspeção Predial – Prevenção e Combate a Incêndios" e, agora, integra a coletânea a terceira publicação, "Inspeção Predial – Acessibilidade", que visa elucidar aspectos particulares da acessibilidade, garantindo assim conforto e segurança aos usuários.

